

PREGÃO ELETRÔNICO

90064/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160064 - COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA)

OBJETO

Registro de Preços para eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.318.567,69 (um milhão trezentos e dezoito mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicado em DOU/PNCP (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLEGIO MILITAR DE BRASILIA**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2026
Processo Administrativo nº 64250.012722/2025-12**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COLEGIO MILITAR DE BRASILIA, CNPJ 09.604.923/0001-27, por meio do(a) Seção de Aquisição, Licitações e Contratos, sediado no SGAN - QUADRAS 902/904, S/N, bairro ASA NORTE, na cidade de BRASILIA/DF , CEP 70790020, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2.1. A aceitabilidade da proposta não se limita ao valor global do lote, mas, também, a cada item individual que compõe o grupo, devendo-se respeitar o teto fixado pela Administração.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os Grupos III, IV, V (item 11) e VI (item 15), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício de microempresas e empresas de pequeno porte fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#) e do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

3.8.1. A obtenção do benefício de microempresas e empresas de pequeno porte fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item/grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens/grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso III, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, que tenha usufruído do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso III, da lei n. 14.133, de 2021, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da comprovação para fazer jus ao benefício, conforme os arts. 5º a 7º da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, que tenha usufruído do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da comprovação para fazer jus ao benefício, conforme os incisos I, II e III do art. 18 da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#);

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5, 5.7 ou 5.8 resultará na desclassificação do licitante, e o sujeitará às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.9.1. Aberta a sessão pública, a desistência ou a não manutenção da proposta resultará na desclassificação do licitante, e o sujeitará às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, sendo caracterizado como fato superveniente aquele excepcional, estranho a vontade das partes;

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora

da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item e total do grupo;

6.1.2. Marca / Fabricante;

6.1.3. Quantidade cotada;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. ~~empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;~~

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1. a exequibilidade da proposta restará comprovada mediante a apresentação de documentos, tais como, notas fiscais, notas de empenho, contratos celebrados, e outros, tudo aquilo que demonstre, de forma objetiva e inequívoca, que a licitante pratica ou praticou os preços ofertados em condições, prazos e quantidades equivalentes.

8.10.2. declarações e planilhas, desacompanhadas dos documentos comprobatórios das informações que apresentam, não são aptos para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.10.3. a ausência de comprovação da exequibilidade da proposta resultará na sua desclassificação.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: **pregoeiro@cmb.eb.mil.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme anexo deste Edital.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **pregoeiro@cmb.eb.mil.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

- 16.11.2. ANEXO II - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- 16.11.3. ANEXO III - Termo de Ciência e concordância
- 16.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.6. ANEXO VI – Declaração de Vistoria
- 16.11.7. ANEXO VII - Declaração de Dispensa de Vistoria

Brasília, na data da assinatura

MARCELO FLAVIO
SARTORI

AGUIAR:05220948725

Assinado de forma digital por
MARCELO FLAVIO SARTORI
AGUIAR:05220948725
Dados: 2026.06.08 17:49:01
-03'00'

MARCELO FLÁVIO SARTORI AGUIAR - Coronel

Ordenador de Despesas do CMB

COLEGIO MILITAR DE BRASILIA/MEX/DF

Termo de Referência 70/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
70/2025	160064-COLEGIO MILITAR DE BRASILIA/MEX/DF	UADAS CONCEICAO DA CRUZ	13/05/2026 14:49 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		64250.012722/2025-12


1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64250.012722/2025-12)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO I - Infraestrutura de Eventos (itens de 1 a 5)						
1	Locação com Instalação e montagem de arquibancada para eventos dentro do CMB - Locação, Transporte, montagem e desmontagem de arquibancadas por metro linear /dia - conforme a seguinte especificação: cobertas, com 6 degraus, tendo escadas de acesso nas laterais e saída em todo o perímetro em compensado de 10 milímetros, seguindo as normas de segurança vigente.	24376	Metro Linear	1.540	R\$ 543,43	R\$ 836.882,20

	Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.					
2	<p>Locação de Gradil</p> <p>Locação com transporte, manutenção, montagem e desmontagem de grades para isolamento de área e contenção de público, em modelo intertraváveis em estrutura de aço carbono SAE 1010 galvanizado a fogo, nas dimensões de 2,00m x 1,20m (largura x altura) com uma variação de até 10 cm para mais ou para menos, com reforço nos pés de sustentação.</p> <p>Imagem ilustrativa:</p> 	22888	Metro Linear	500	R\$ 45,00	R\$ 22.500,00
3	<p>Locação de Tenda 6x6 metros</p> <p>Locação com transporte, montagem, manutenção e desmontagem de tenda aberta, com calhas e possibilidade de fechamento das laterais com material similar ao da cobertura, com dimensões de 06x06m, pé direito variável de 2,5 a 4 metros de altura em seus pés de sustentação. Cobertura tipo piramidal, em lona branca com blackout, antichamas, estrutura em tubo galvanizado (aço tubular) de alta resistência, com encaixes reforçados. Possibilidade de junção de 2 ou mais tendas. Estacas e acessórios para fixação no solo com aterramento.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização.</p>	21164	Diária	4	R\$ 1.090,00	R\$ 4.360,00

4	<p>Locação de Tenda 4x4 metros</p> <p>Locação com transporte, montagem, manutenção e desmontagem de tenda aberta, com calhas e possibilidade de fechamento das laterais com material similar ao da cobertura, com dimensões de 04x04m, pé direito variável de 2,5 a 4 metros de altura em seus pés de sustentação. Cobertura tipo piramidal, em lona branca com blackout, antichamas, estrutura em tubo galvanizado (aço tubular) de alta resistência, com encaixes reforçados. Possibilidade de junção de 2 ou mais tendas. Estacas e acessórios para fixação no solo com aterramento.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização.</p>	21164	Diária	1	R\$ 449,00	R\$ 449,00
5	<p>Locação de Palanque com cobertura 4 x 3 m</p> <p>Locação, montagem e desmontagem de estrutura de palanque modular de 4,00m x 3,00m (12m²), altura regulável, piso em compensado naval 18mm com acabamento antiderrapante preto. Estrutura em alumínio, com travas de segurança interligando os módulos. Inclui escada de acesso e saia de fechamento. Capacidade de carga mínima de 750 kg/m². Necessário envio de ART de montagem.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.</p>	24376	Diária	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
TOTAL GRUPO I						R\$ 866.191,20
GRUPO II - Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia (itens 6 a 10)						
6	<p>Telão de LED com serviço de transmissão ao vivo (Formatura).</p> <p>Locação de Painéis de Led - M² /Diária - de alta definição, modelo SMD, do tipo eletrônico, modular, com capacidade para processamento de imagens digitais estáticas e dinâmicas, P6MM, indoor e/ou outdoor (conforme definição do contratante), com alto-brilho para</p>	12556	M²	160	R\$ 345,00	R\$ 55.200,00

	E profissional devidamente capacitado a operar aparelhos audiovisuais.					
8	<p>Locação de Sistema de Sonorização (Pequeno Porte)</p> <p>Sistema de sonorização, composto por:</p> <p>01 mesa de som Midas M32 (ou similar) P.A</p> <p>08 caixas line array LS210 / STANER LAN800P (ou similar)</p> <p>04 sub graves LS218 (ou similar)</p> <p>01 rack de amplificação machine (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PSL7400 (ou similar) • PSL4400 (ou similar); • PSL1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) <p>DELAY 1</p> <p>02 Caixas L.A 325 (ou similar);</p> <p>02 Subgraves SB850 (ou similar);</p> <p>01 Rack de Amplificação e Processamento (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • MACHINE PSL 7400 (ou similar) • MACHINE PSL 4400 (ou similar) • MACHINE PSL 1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar). <p>DELAY 2</p> <p>08 Caixas LS110 (ou similar)</p> <p>02 sub graves LS218 (ou similar)</p> <p>01 rack de amplificação machine (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PSL7400 (ou similar) • PSL4400 (ou similar) • PSL1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) <p>6 caixas amplificadas ativas de 1000w EV, QSC K12.(Distribuídas entre as arquibancadas, coletiva de imprensa, Tribuna presidencial e Tribuna dos mestres de cerimônias)</p> <p>02 Tripés para caixa de som</p> <p>01 main power com travo de 5k</p> <p>01 cabo de A.C PP4X10mm X 30mts</p> <p>200 Cabos XLR DE 5mts</p>	13757	Diária	28	R\$ 2.800,00	R\$ 78.400,00

30 réguas de A.C							
02 Cabos de sinal multivias de 30mts							
04 microfones sem fio SHURE QLXD (ou similar)							
04 microfones sem fio SHURE SM58 (ou similar)							
08 DIRECT BOX							
04 Pedestais							
SISTEMA DE SONORIZAÇÃO 2 (Banda)							
Composto por: 01 mesa de som BEHRINGER X32 (ou similar)							
P.A							
12 caixas line array LS210 / STANER LAN800P (ou similar)							
04 sub graves LS218 (ou similar)							
01 rack de amplificação machine <ul style="list-style-type: none"> PSL7400 (ou similar) PSL4400 (ou similar) PSL1400 (ou similar) Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) 							
01 main power com travo de 5k							
01 cabo de A.C PP4X10MM X 30MTS							
15 microfones condensar SHURE SM81 (ou similar)							
4 microfones shure sem fio QLXD (ou similar)							
15 pedestais							
20 cabos XLR							
6 reguas de A.C							
01 Sistema de Alumínio em Q30 formato de pé de galinha, com 5 metros de altura e 2 metros de base.							
02 talhas de 1 tonelada.							
02 antenas externa para sistema de microfones							
01 combiner para antena externa.							
01 transmissor de sinal de áudio UHF							
Observação: Profissional devidamente capacitado a operar aparelhos de sonorização. Todo o cabeamento de som (que deve ser blindado para evitar interferência externa), cabos de força, adaptadores, conectores, presilhas, suportes,							

	amarras, pilhas, baterias e outros utensílios necessários ao funcionamento do sistema de sonorização, bem como a operação técnica do sistema, serão de inteira responsabilidade da Contratada, a qual deverá finalizar a montagem dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência ao horário agendado para o evento.					
9	<p>Locação de equipamento de iluminação</p> <p>Serviço completo de locação/instalação /operação composto por:</p> <p>1. Iluminação cênica composto por:</p> <p>08 (oito) Moving Beye 18w RGBWA; 06 (seis) Moving Beam 10R; 08 (oito) Par Led 18W RGBWA; 08 (oito) Refletores COB 300; 02 (dois) Minibrutes de 6 lâmpadas; 01 (uma) Mesa de Iluminação Digital com processamento (padrão MA2, Avolites ou similar); 01 (um) Computador para Processamento; 01 (um) Rack de Dimmer; 01 (um) Rack Pro Power; Estruturado no Box Truss Q30; Todo o cabeamento e acessórios para o funcionamento de todo o sistema.</p> <p>2. Iluminação de Quadra (Pátio), composto por:</p> <p>12 (doze) Torres de Box truss Q30 com altura de 3m cada, com sistema de sustentação "pé de galinha" também em box truss Q30; 02 (dois) Refletores de LED de 400 watts; Todo o cabeamento necessário para o pleno funcionamento.</p> <p>Observação 1: os postes, hastes de fixação, cabeamento, presilhas, aterramento e demais materiais necessários para a instalação do sistema, bem como a equipe técnica para montagem, manutenção, operação e desmontagem deverão ser fornecidos pela contratada.</p> <p>Observação 2: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos Órgãos de fiscalização do Distrito Federal.</p>	13757	Diária	19	R\$ 8.500,00	R\$ 161.500,00
10	<p>Serviço de locação de gerador de energia 200-300 KVA</p> <p>- estabilizado, silencioso (carenado) e trifásico, a ser utilizado como fonte primária de energia. Cabos elétricos, quadros de distribuição e demais</p>	21679	Diária	15	R\$ 3.850,10	R\$ 57.751,50

	<p>acessórios necessários à instalação e ao pleno funcionamento do sistema.</p> <p>Técnico em eletricidade com habilitação para operar o gerador de 200 a 300 KVA; - A habilitação técnica será verificada quando da contratação efetiva do serviço;</p> <p>O profissional deverá permanecer durante todo o tempo da locação no local; e emissão de ART. - As despesas decorrentes (transporte, alimentação, ferramentas, dentre outras) serão de responsabilidade da CONTRATADA.</p>					
TOTAL DO GRUPO II						R\$ 364.083,50
<p align="center">GRUPO III - SERVIÇOS EDITORIAIS (item 12)</p> <p align="center">(Exclusivo ME/EPP)</p>						
11	<p>Confecção de Revista Institucional do CMB</p> <p>Confecção da Revista do CMB: digitação, diagramação, criação e impressão; com acompanhamento da edição presente no CMB, com carga horária de 03 horas por agendamento, sendo 05 agendamentos, com aviso prévio 24 horas antes de cada visita, o representante disponibilizará de equipamento próprio para edição de texto, fotos e ilustrações como: Corel Draw; Word; Photoshop; illustrations; contendo 150 páginas, além da capa e contracapa. Medida aberta: 34 x 52cm; Medida fechada: 34 x 26cm. Com tratamento de 400 imagens, sendo escaneamentos e restaurações. Miolo: Papel couche fosco 170gr; 4 x 4 cores (policromia). Capa: Capa papel couche 300gr /m2 com lombada quadrada laminada BOPP fosco com verniz UV, localizado na capa, lombada e contracapa. Impressão 4 x cores. Acabamento: Cola e Grampo.</p>	10049	Unidade	600	R\$ 83,00	R\$ 49.800,00
TOTAL GRUPO III						R\$ 49.800,00
<p align="center">GRUPO IV - COMUNICAÇÃO VISUAL (itens 12,13 e 14)</p> <p align="center">(Exclusivo ME/EPP)</p>						
12		18422	Unidade	15	R\$ 117,93	R\$ 1.768,95

	<p>Confecção de BANNERS TAMANHO 1,30 m x 0,90m</p> <p>Serviço de confecção e fornecimento de banner em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 380g/m². Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem falhas, manchas ou distorções. Acabamento: Bastão de madeira (roliço) nas extremidades superior e inferior, com ponteiros plásticos de proteção e corda de nylon resistente para fixação e suspensão.</p> <p>A arte gráfica será fornecida pela Administração.</p>					
13	<p>Confecção de BANNERS TAMANHO 3,00 m x 1,90m</p> <p>Serviço de confecção e fornecimento de banner/painel de grande porte em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 440g/m² (alta resistência a ventos e rasgos). Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem emendas aparentes que prejudiquem a leitura. Acabamento: Bainha reforçada com solda eletrônica em todo o perímetro e aplicação de ilhós metálicos (em alumínio, latão ou material antiferrugem) distribuídos a cada 20 cm para fixação e tensionamento em estruturas.</p> <p>A arte gráfica será fornecida pela Administração.</p>	18422	Unidade	2	R\$ 238,50	R\$ 477,00
14	<p>Confecção de BANNERS - TAMANHO 1,00m x 0,70m</p> <p>Serviço de confecção e fornecimento de banner em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 380g/m². Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem falhas, manchas ou distorções. Acabamento: Bastão de madeira (roliço) nas extremidades superior e inferior, com ponteiros plásticos de proteção e corda de nylon resistente para fixação e suspensão. A arte gráfica será fornecida pela Administração.</p>	18422	Unidade	16	R\$ 100,44	R\$ 1.607,04
	TOTAL GRUPO IV					R\$ 3.852,99
GRUPO V - CONFECÇÃO DE PLACAS (item 15)						
(Exclusivo ME/EPP)						
15		18597	Unidade	1	R\$ 26.100,00	R\$ 26.100,00

	<p>Confecção de Placa Comemorativa</p> <p>Serviço de confecção e instalação de placa tipo, inauguração (Placa de Formandos), metálica de fundo preto com inscrição na cor prata, medindo 181,5 cm de largura, 265 cm de altura e 0,8 mm de espessura, fundida em alumínio, com bordas laterais em alto relevo (cada Placa) quatro furos para fixação das placas centrados nos cantos, com parafusos de cabeça removível, fundida como mesmo metal da placa, fundo pintado com textura acrílica preto fosco. No canto superior esquerdo o símbolo do DECEX, no canto superior direito o símbolo da DEPA e na parte central os nomes dos formandos em alto relevo com logo colorida. Aproximadamente 550 nomes.</p> <p>Conforme Anexo IV ao TR: Foto ilustrativa da Placa de Formandos.</p>					
TOTAL DO GRUPO V						R\$ 26.100,00
<p align="center">GRUPO VI - LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS (itens 16 a 19)</p> <p align="center">(Exclusivo ME/EPP)</p>						
16	<p>Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis:</p> <p>Futebol de sabão</p> <p>-Especificação: brinquedo inflável de futebol de sabão medindo 10x5,0m desenvolvido em lona KP1100, tendo uma barreira para garantir a segurança de todas as crianças. Com motor: Voltagem 220V ou 110v. Dimensões CxLxA: 10x5,0x2,5m. Peso Suportado: 500kg. Peso Produto: 200kg. Idade Recomenda: A partir de 4 anos. Tempo Inflar: 8 min, na cor azul amarelo e vermelho. Incluindo 01 (um) monitor para a operação do brinquedo e segurança das crianças.</p>	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.125,00	R\$ 2.250,00
17		18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.047,50	R\$ 2.095,00

	<p>Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis Canhão de Espuma</p> <p>-Especificação: Prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis, incluindo o fornecimento de canhão de espuma de alta potência, com infraestrutura completa de montagem, desmontagem e assistência técnica durante todo o período do evento. O serviço deve contemplar o fornecimento de líquido gerador de espuma atóxico, biodegradável e hipoalergênico, garantindo a segurança ocular e dermatológica dos usuários. Estão inclusos todos os equipamentos periféricos necessários, como sopradores (motores), bombas d'água, mangueiras, cabos elétricos com isolamento adequado e sistema de fixação/ancoragem conforme as normas da ABNT NBR 15859. A contratada deverá disponibilizar monitores capacitados para a operação segura do equipamento e controle de fluxo dos participantes.</p>					
18	<p>Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis Touro Mecânico</p> <p>-Especificação: Prestação de serviços de locação de Touro Mecânico profissional, com estrutura robusta e motor elétrico de alta performance, operado por painel de controle com velocidade e movimentos variáveis (giro e pinote). O equipamento deve ser circundado por um colchão inflável de proteção (tamanho mínimo sugerido de 4,5 m x 4,5m) produzido em lona vinílica de alta resistência (KP1000), garantindo a amortização total de quedas. A contratada deverá disponibilizar monitores capacitados para a operação segura do equipamento e controle de fluxo dos participantes.</p>	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.257,50	R\$ 2.515,00
19	<p>Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis: Guerra de Cotonete</p> <p>- Especificação: brinquedo inflável de guerra de cotonetes inflável, medindo 4,20 x 4,20m desenvolvido em lona KP1100, tendo reforço em tela de poliéster para garantir a segurança de todas as crianças. Com motor: Voltagem 220V ou 110v. Dimensões 5,00 (C) x 5,00 (L) x 0,70 (A). Peso Suportado: 200kg. Peso Produto: 80kg. Idade Recomenda: A partir de 5 anos. Altura da base (colchão): 35 cm. Altura da parede: 70 cm, contendo os seguintes componentes: 1 Colchão inflável, 2 cotonetes (bastões), 1 saco para transporte, 2 bases com velcro e 1 motor soprador (110v ou 220v)Tempo Inflar: 8 min, em cores diversas, incluindo 01 (um) monitor para a</p>	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 840,00	R\$ 1.680,00

operação do brinquedo e segurança das crianças.					
TOTAL GRUPO VI					R\$ 8.540,00
TOTAL GERAL					R\$ 1.318.567,69

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **da data da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. O Colégio Militar de Brasília deseja, na contratação em perspectiva, a adoção por parte da CONTRATADA, de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, bem

como o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01/2010, quais sejam:

4.1.1.1. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.1.2. Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Administração, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, na Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 7.404, de 2010, na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010, no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU, 8ª Edição/Outubro de 2025, e com base no art. 6º da IN MPOG nº 01/2010

4.1.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.1.4. Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Administração;

4.1.1.5. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração;

4.1.1.6. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

4.1.1.6.1. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.1.1.6.2. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.1.6.3. buscar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.1.6.4. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.1.6.5. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

4.1.2. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.1.3. Observar a Resolução CONAMA Nº 20, DE 7/12/94, e Legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

4.1.5. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

4.1.5.1. Pilhas e baterias que contenham em suas composições, chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

4.1.5.2. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

4.1.5.3. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente;

4.1.6. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; 14.4.13. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.7. Realize a separação dos resíduos descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.8. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Acessibilidade:

4.1.9. Os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes, incluído o atendimento a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, participantes dos eventos, em sentido juridicamente conglobante. Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei 10.098, de 10 de dezembro de 2000, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR nº 9050 /2020.

4.1.10. Do Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS): Os requisitos de sustentabilidade descritos nesta seção guardam estrita harmonia com os objetivos de racionalização de gastos e consumo consciente da Instituição. Ressalta-se que o Plano de Logística Sustentável do Colégio Militar de Brasília encontra-se em processo de atualização técnica; contudo, as diretrizes aqui fixadas — especialmente quanto ao descarte de resíduos, eficiência energética e uso de materiais atóxicos — foram estabelecidas com suporte no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 /2010, garantindo o alinhamento preventivo com a nova versão do documento institucional.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação de marca, modelo comercial ou fabricante, na especificação dos equipamentos de som e iluminação (itens 8 e 9), esta indicação serve estritamente como parâmetro de referência de qualidade, usabilidade, tecnologia e desempenho. Serão plenamente aceitos, equipamentos de outras marcas, desde que comprovem especificações técnicas, funcionalidades e rendimento equivalentes ou superiores ao modelo de referência indicado.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do respectivo Grupo arrematado pelo fornecedor.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. É expressamente vedada a subcontratação integral do objeto ou da parcela principal de maior relevância técnica do Grupo;

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. As parcelas que poderão ser objeto de contratação restringem-se ao serviços de natureza acessória, subsidiária ou complementar, tais como: fretes e transportes, locação de equipamentos específicos auxiliares (ex: drones, maquinário de apoio) ou serviço de apoio logístico secundário.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.10.1. A Administração optou por não exigir a garantia tendo em vista que a parcela do serviço empenhado, terá a sua execução em dia, local e horários pré-determinados e caso ocorra a inexecução parcial ou total, este Termo de Referência estabelece a aplicação das sanções cabíveis e ainda processo administrativo quanto a sua conduta.

Vistoria

4.11. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das **09:30** horas às **16:30** horas e na sexta de 08:00 às 11:30.

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução ocorrerá de forma parcelada, estritamente sob demanda, para atender aos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB). Os eventos poderão ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais e equipamentos necessários à montagem das estruturas metálicas, à limpeza e conservação dos locais onde serão executados os serviços, bem como

ferramentas, insumos, equipamentos de proteção individual e coletiva, e mão de obra em quantidades suficientes à realização dos trabalhos;

5.1.2.2. A gestão dos horários de trabalho será de inteira responsabilidade da CONTRATADA; contudo, para atividades que ultrapassem o expediente administrativo, a empresa deverá informar previamente os dados pessoais (nome completo, documento de identidade e filiação) de cada colaborador que permanecerá no local.

5.1.2.8. É obrigatório a instalação de sistema de aterramento elétrico adequado em todos os itens e serviços que envolvam a montagem de estruturas metálicas e a operação de equipamentos elétricos ou motores (abrangendo, mas não se limitando a: geradores de energia, painéis de LED, palanques, tendas piramidais, torres de box truss para som/iluminação e motores insufladores de brinquedos).

5.1.2.8.1. O aterramentos deverá seguir rigorosamente as normas técnicas da ABNT e a Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10), visando garantir a proteção contra contatos indiretos, descargas atmosféricas e vazamentos de corrente elétrica;

5.1.2.8.2. A fiscalização do Contratante reserva-se o direito de embargar a montagem e impedir o uso de qualquer estrutura ou equipamento que apresente fiação exposta ou ausência de aterramento comprovado, devendo a Contratada sanar a irregularidade imediatamente, sem ônus para a Administração.

5.1.3. GRUPO I – Infraestrutura de eventos (Itens 1 a 5)

5.1.3.1. Para os itens 1, 2, 3,4 e 5: As estruturas devem estar montadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do início dos eventos, conforme definido na Ordem de Serviço, e desmontados a partir de 2 (duas) horas após o término destes:

- Deverá a contratada apresentar a documentação exigida pelos órgãos fiscalizadores (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CREA, dentre outros, conforme o caso), com antecedência mínima de 24 horas;
- Deverá ser apresentada pela CONTRATADA a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF (CREA-DF) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF (CAU-DF) ou em outro Estado da Federação; e, ainda, Memorial Descritivo da Estrutura, elaborado e assinado pelo responsável técnico, sem ônus para administração;
- A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos relativos ao frete, impostos, taxas e segurança das estruturas empregadas nos eventos, permissões e autorizações legais pertinentes ao local de montagem, limpeza do local (antes, durante e após os eventos), além dos custos de desmontagem; deverá, portanto, arcar com todos e quaisquer custos relativos ao objeto desta licitação;
- Caso haja eventual fiscalização dos órgãos públicos competentes, quanto à segurança do material locado, deverá a empresa contratada arcar com as determinações dos referidos órgãos e suas despesas, devendo repor, em tempo hábil, eventual material considerado impróprio;
- A gestão dos horários de trabalho será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, porém, nos casos em que se ultrapasse os horários de expediente administrativo da CONTRATANTE, a primeira deverá informar, com antecedência, os dados pessoais de cada colaborador (nome completo, documento de identidade e filiação) que eventualmente necessite permanecer no local de trabalho, além do horário de expediente administrativo;
- A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Deverá ser empregado material de boa qualidade, visando oferecer segurança e conforto para os convidados dos eventos institucionais, objeto do processo licitatório em tela;
- Quando solicitado, deverá ser providenciada a imediata correção de eventuais deficiências e/ou irregularidades apontadas;
- Deverá ser entregue, à Fiscalização, com uma antecedência mínima de 48 horas do início dos trabalhos, a relação nominal dos funcionários envolvidos na montagem de palanques e arquibancadas, com os respectivos dados pessoais (nome completo, número do documento de identidade e filiação);
- A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de transporte e alimentação dos funcionários;

- Fornecer todo o material e equipamentos necessários à execução do serviço;
- Manter o local e suas proximidades limpos, após o término de cada jornada de trabalho, usando para isso, se for o caso, contêineres para acondicionamento de entulho;
- Manter, durante todo o período de execução dos serviços, no mínimo um profissional habilitado, responsável por tomar decisões e prestar todas as informações que lhe forem solicitadas, referente à execução dos serviços;
- Responsabilizar-se por qualquer acidente proveniente da utilização dos palanques pelos convidados, devendo arcar com os prejuízos morais ou materiais eventualmente causados a terceiros; e
- Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência da entrega, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a respectiva comprovação.

5.1.4. GRUPO II - Tecnologia ,Audiovisual e geradores (itens 6 a 10):

5.1.4.1. Execução e Compatibilidade Técnica do Grupo II (Tecnologia, Audiovisual e Geradores):

- **Responsabilidade Integrada e Compatibilidade Sistêmica:** Por se tratar de um grupo unificado, a Contratada assume a responsabilidade integral e exclusiva por garantir o perfeito funcionamento e a total compatibilidade técnica, de hardware e de software, entre todos os equipamentos que compõem a solução audiovisual entre si (sonorização, iluminação, painéis de LED e captação de imagem), bem como a compatibilidade elétrica e de dimensionamento (potência em kVA) de todo este conjunto com o (s) gerador(es) fornecido(s).
- **Integração dos Equipamentos Audiovisuais:** A Contratada deverá assegurar que mesas de som, processadores de vídeo (senders/receivers de LED), controladoras de iluminação e demais periféricos possuam as interfaces, protocolos de comunicação e cabeamentos de dados adequados para operarem em conjunto de forma fluida. Não serão tolerados gargalos, atrasos (delay) de sincronia áudio/vídeo ou perda de qualidade de sinal durante a transmissão e exibição nos eventos devido a equipamentos incompatíveis ou de gerações defasadas.
- **Dimensionamento e Segurança Elétrica:** O dimensionamento do gerador deverá prever uma margem de segurança operacional (folga) de, no mínimo, 20% (vinte por cento) acima da carga máxima de pico exigida pelo sistema integrado. É obrigatório que o equipamento possua Regulador Automático de Tensão (AVR) ou estabilização equivalente. A Contratada fornecerá e instalará todo o cabeamento elétrico, quadros de distribuição (QDC), aterramento e dispositivos passa-cabos necessários.
- **Responsabilidade por Falhas e Danos:** Quaisquer interrupções na solenidade, falhas de sincronismo audiovisual ou danos físicos aos equipamentos decorrentes de incompatibilidade tecnológica entre os componentes, falha de comunicação de dados, pane mecânica, pane seca, oscilações elétricas ou mau dimensionamento do gerador serão de inteira responsabilidade da Contratada. A Administração não arcará com qualquer ônus, cabendo à empresa restabelecer o funcionamento ou substituir os itens de imediato.

5.1.4.2. Para o item 6 (Locação de Painéis de LED): Para efeito de faturamento, será contabilizado apenas a diária correspondente ao dia do evento. Os custos logísticos, de montagem, testes prévios e desmontagem já devem estar incluídos e contemplados no valor unitário da diária ofertada pela Contratante.

- Deverá ser disponibilizado 01 (um) responsável técnico, devidamente habilitado para a operação, manutenção e/ou substituição de peças dos equipamentos, o qual deverá permanecer à disposição da CONTRATANTE durante os horários previstos para os treinamentos e para a execução dos eventos, devendo estar pronto no mínimo 30 (trinta) minutos antes destes;
- Deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF (CREA-DF) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF (CAU-DF) ou em outro Estado da Federação; e, ainda, Memorial Descritivo da Estrutura, elaborado e assinado pelo responsável técnico, sem ônus para administração;
- Além da ART, deverá ser apresentada, qualquer outra documentação exigida pelos órgãos fiscalizadores (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CREA, dentre outros), sem ônus para administração, conforme Lei nº 5.281, de 24 de dezembro de 2013 e Decreto nº 35.816, de 16 de setembro de 2014 – dispõem sobre o licenciamento para a realização de eventos, no âmbito do Distrito Federal; e

- Os painéis deverão estar montados com uma antecedência mínima de 02 (duas) horas dos horários previstos para a execução dos treinamentos e para a realização dos eventos.

5.1.4.3. Para o item 7 (Serviço de Filmagem em Solo e Transmissão de Imagem): deverá ser disponibilizado um drone sobressalente, assim como as baterias e os acessórios necessários à sua eventual utilização. É importante ressaltar que os drones deverão ter licença de voo da ANAC e demais órgãos regulatórios, por ocasião dos treinamentos e realização dos eventos;

- Deverá ser disponibilizado 01 (um) responsável técnico, devidamente habilitado para a operação, manutenção e/ou substituição de equipamentos e peças, o qual deverá estar pronto com uma antecedência mínima de 30 (trinta) minutos dos horários definidos para os treinamentos e a execução do evento; e
- Os equipamentos deverão estar montados com uma antecedência mínima de 02 (duas) horas dos treinamentos e da realização dos eventos.

5.1.4.4. Para o item 8 (Locação de Sistema de Sonorização): Para efeito de faturamento, será contabilizado apenas a diária correspondente ao dia do evento. Os custos logísticos, de montagem, testes prévios e desmontagem já devem estar incluídos e contemplados no valor unitário da diária ofertada pela Contratante.

- Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA pelo menos um responsável técnico, devidamente habilitado à operação, manutenção e/ou substituição de peças dos equipamentos de som, o qual deverá permanecer à disposição da CONTRATANTE, durante os horários previstos para os treinamentos e a execução dos eventos, devendo o mesmo estar pronto no mínimo 30 (trinta) minutos antes de cada horário definido;
- Os equipamentos deverão estar montados com uma antecedência mínima de 2 (duas) horas dos horários previstos para os treinamentos e para execução dos eventos;

5.1.4.5. Para o item 9 (Locação de equipamento de iluminação):

- Será considerado como unidade de medida a diária de 8 (oito) horas;
- Antes do início da montagem, a CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no CREA, referente ao projeto e/ou execução das instalações elétricas temporárias.
- Toda a estrutura de iluminação deverá ser completamente montada e testada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência ao evento, na presença do fiscal do contrato;
- Montagem com aterramento, equipe técnica completa e acompanhamento por responsável técnico. A montagem de torres de box truss deverá atender às normas da ABNT e à Norma Regulamentadora NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade).
- Todos os materiais disponibilizados pela contratada deverão ser compatíveis com os demais objetos presentes no evento por exemplo: sonorização profissional e painéis de LED. Devendo a contratada manter contato com o CMB para recolher as especificações técnicas de cada equipamento.
- A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos relativos ao frete, impostos, taxas e segurança das estruturas empregadas nos eventos, permissões e autorizações legais pertinentes ao local de montagem, limpeza do local (antes, durante e após os eventos), além dos custos de desmontagem;

5.1.4.6. Para o item 10 (Serviço de locação de gerador de energia):

- adotar-se-á a unidade de medida diária.
- Locação de gerador de 200 a 300 KVA, estabilizado, silencioso (carenado) e trifásico. Acompanha cabos elétricos, quadros de distribuição e técnico em eletricidade habilitado, que deverá permanecer no local durante todo o tempo de locação, com emissão de ART.
- Deverá ser apresentada pela CONTRATADA a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF (CREA-DF) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF (CAU-DF) ou em outro Estado da Federação e assinado pelo responsável técnico, sem ônus para administração.
- Cabos elétricos, quadros de distribuição e demais acessórios necessários à instalação e ao pleno funcionamento do sistema.

- Toda a estrutura de energia deverá ser completamente montada e testada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência ao evento, na presença do fiscal do contrato;

5.1.6. GRUPO III - SERVIÇOS EDITORIAIS (item 11)

5.1.7.1. Para o item 11 (Confecção de Revista Institucional do CMB):

- Realização de reunião inicial de alinhamento técnico-operacional com a fiscalização do contrato, para definição do escopo detalhado, cronograma de execução e canais de comunicação;
- Recebimento e conferência dos conteúdos, layouts e especificações técnicas fornecidas pela Administração;
- Desenvolvimento de projeto gráfico, artístico ou de identidade visual, conforme aplicável ao item, com submissão prévia para aprovação formal da Administração;
- Revisão técnica, ortográfica e de conformidade dos materiais a serem produzidos;
- Apresentação de amostras físicas ou provas gráficas, quando exigido, para fins de validação de qualidade e aderência ao projeto aprovado;
- Entrega dos produtos finais no endereço indicado pela Administração, respeitando as condições logísticas, de embalagem e de integridade estabelecidas;
- Eventuais ajustes solicitados pela Administração durante o processo de validação deverão ser implementadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.1.7. GRUPO IV - COMUNICAÇÃO VISUAL

5.1.7.2. Para os itens 12, 13 e 14:

- Fornecimento de banners com acabamentos específicos, conforme detalhado no item 1.1. deste Termo de Referência;
- A demanda será formalizada mediante Ordem de Serviço, momento em que o Colégio Militar de Brasília (CMB) enviará o arquivo de arte gráfica para a contratada. Após o recebimento da arte, a CONTRATADA terá o prazo de até 01 (um) dia útil para enviar uma "prova virtual" (layout fechado para impressão) atestando que o arquivo não perdeu resolução ou sofreu distorções de cor. A impressão só poderá ser iniciada após o "de acordo" do fiscal solicitante;
- A CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a confecção, os acabamentos e a entrega física dos materiais nas dependências do CMB, em perfeitas condições;
- A impressão deverá apresentar fidelidade de cores em relação à arte aprovada. Não serão aceitos banners com "band blur" (linhas de falha de impressão da plotter), manchas de tinta, distorção de imagem, lonas rasgadas, ilhós enferrujados/faltantes ou bastões quebrados;
- Caso o material entregue apresente qualquer defeito de confecção ou divirja da arte aprovada, a Contratada obriga-se a recolher e refazer o material sem qualquer custo adicional para a Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.8. GRUPO V - CONFECÇÃO DE PLACAS (item 15)

- A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos relativos ao frete, impostos e taxas;
- Antes de iniciar o processo de fundição do metal, a CONTRATADA deverá apresentar o layout digital em alta resolução, contendo a diagramação exata dos logotipos e a grafia correta dos nomes. A produção física só poderá ser iniciada após a validação e autorização formal da fiscalização do CMB;
- Após a aprovação expressa da arte pelo CMB, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para entregar as placas físicas prontas e finalizadas nas dependências do Colégio Militar de Brasília.
- A CONTRATADA será integralmente responsável pela instalação e fixação segura da placa na parede indicada pela Fiscalização, devendo fornecer todos os insumos (buchas de alta carga, parafusos, andaimes/escadas) necessários;
- O serviço possui especificações próprias quanto aos materiais, acabamentos, formatos e quantidades conforme detalhamento no item 1.1. deste Termo de Referência.

5.1.9. GRUPO VII - LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS (itens 16 a 19)

5.1.9.1. Para os itens 16 a 19:

- A montagem de todos os brinquedos deverá estar concluída, testada e liberada para uso com antecedência mínima de 1 (uma) hora do início programado para o evento. A desmontagem só poderá ser iniciada após a autorização da fiscalização e a total evacuação da área pelos participantes.
- É obrigatória a ancoragem mecânica de todos os brinquedos infláveis, utilizando estacas de fixação no solo, cordas de alta resistência ou lastros de peso (quando em piso duro), em estrita observância à norma ABNT NBR 15859 (Brinquedos Infláveis — Requisitos de Segurança e Métodos de Ensaio), para evitar tombamentos ou deslocamentos por rajadas de vento.
- A CONTRATADA deverá instalar lonas de proteção sob os brinquedos infláveis para evitar danos ao equipamento e garantir a segurança contra perfurações no local de instalação.
- Os motores insufladores e equipamentos mecânicos (como o painel de controle do touro mecânico) devem ser alocados em áreas isoladas do público, protegidos contra umidade/chuva, com cabeamento embutido em passa-cabos de solo e dotados de sistema de aterramento elétrico antichoque (conforme diretriz geral de segurança).
- É obrigatória a disponibilização de, no mínimo, 01 (um) monitor/operador capacitado e devidamente uniformizado para cada brinquedo locado, durante todo o período do evento. Para brinquedos de grande porte (como Futebol de Sabão), a fiscalização poderá exigir a presença de até 02 (dois) monitores.
- Caberá aos monitores controlar a fila, o tempo de uso, a lotação máxima permitida pelo fabricante e a separação dos usuários por faixa etária/tamanho, garantindo que não haja superlotação ou choques físicos perigosos entre as crianças.
- O monitor não poderá abandonar o posto enquanto o equipamento estiver ligado ou em uso. Em caso de necessidade de pausa, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição imediata ou o desligamento temporário e isolamento do brinquedo.
- Os brinquedos devem estar em perfeito estado de conservação, limpos, higienizados, sem rasgos, remendos grosseiros, mofo ou odores. Colchões de queda e bordas de contenção devem possuir a densidade correta para absorção de impactos.
- Para equipamentos que utilizam água ou sabão (ex: Futebol de Sabão), os líquidos e espumas utilizados devem ser obrigatoriamente atóxicos, hipoalergênicos e possuir registro na ANVISA, não podendo causar irritação aos olhos ou à pele dos usuários.
- A operação dos brinquedos infláveis e mecânicos deverá ser imediatamente paralisada pela equipe da CONTRATADA em caso de chuvas fortes, raios ou ventos com velocidade superior à recomendada pelo fabricante. Em caso de queda abrupta de energia, o monitor deverá esvaziar o brinquedo rapidamente e com segurança, auxiliando na saída imediata de todos os usuários.

5.1.10. Garantia e Aceitação dos Serviços

5.1.10.1. Quando solicitado, a contratada providenciará a imediata correção de eventuais deficiências e /ou irregularidades apontadas. O ateste dos serviços pela fiscalização estará condicionado ao estrito cumprimento dessas diretrizes e da qualidade esperada na execução do evento.

5.1.11. Cronograma de realização dos serviços: Os serviços serão prestados estritamente sob demanda, de forma fracionada, para atender às necessidades dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Colégio Militar de Brasília situado no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN 902/904 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70790-02.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: a ser informado pela Contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Todos os insumos, peças de reposição, cabeamentos (lógicos e elétricos), suportes, ferramentas de montagem/desmontagem e equipamentos periféricos indispensáveis ao pleno e ininterrupto funcionamento das estruturas locadas e dos serviços prestados em todos os grupos do certame;

5.4.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) para sua equipe técnica, além de todos os dispositivos de estabilização e segurança estrutural exigidos pelas normas técnicas vigentes (ABNT, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, etc.), tais como aterramentos, contrapesos, talhas, passa-cabos e colchões de proteção para os infláveis; e

5.4.3. Os bens e materiais disponibilizados (estruturas modulares, lonas, equipamentos eletrônicos, materiais gráficos, etc.) deverão ser de excelente qualidade, em perfeito estado de conservação, limpeza e estética (sendo obrigatoriamente de primeiro uso quando especificado no TR, como tecidos de revestimento). A CONTRATADA obriga-se a providenciar a substituição imediata de qualquer item que apresente falha técnica, avaria estrutural ou que seja reprovado pela fiscalização do órgão, sem qualquer ônus à Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A contratação dar-se-á por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), o que implica que as quantidades indicadas na Tabela de Itens (subitem 1.1) são meramente estimativas e representam o limite máximo de contratação. A Administração não se obriga a executar a totalidade dos itens ou quantitativos previstos ao longo da vigência da Ata;

5.5.2 A execução ocorrerá de forma parcelada, estritamente sob demanda, para atender aos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB). Os eventos poderão ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, podendo ultrapassar os horários de expediente administrativo da CONTRATANTE, devendo o fornecedor dimensionar a disponibilidade de sua equipe para o atendimento integral dessas agendas; e

5.5.3. Os valores propostos deverão contemplar a solução completa e o pleno funcionamento de cada item locado ou serviço prestado. O licitante deverá embutir em seus custos unitários todas as despesas diretas e indiretas aplicáveis, tais como:

- Frete, logística, carga, descarga, montagem e desmontagem das estruturas;
- Fornecimento de alimentação, transporte e gestão do horário de trabalho de todos os funcionários e técnicos envolvidos;
- Custos com profissionais de operação técnica (ex: técnico em eletricidade, operadores de áudio/vídeo e monitores para os brinquedos infláveis);
- Custos com taxas, vistorias e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) exigidos pelos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), cujos indicadores, metas e fatores de glosa encontram-se detalhados no Anexo III deste Termo de Referência, refletindo a análise do desempenho e da qualidade dos serviços efetivamente prestados.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. A **entrega, montagem e instalação pontuais** das estruturas, equipamentos e materiais (arquibancadas, tendas, telões, som, brinquedos, etc.), em estrita observância às especificações técnicas, quantidades e prazos estipulados na respectiva Ordem de Serviço e neste Termo de Referência;

7.5.2 A **qualidade e a continuidade operacional** durante a realização do evento, o que inclui o perfeito funcionamento dos equipamentos locados, a manutenção da segurança e a presença ininterrupta da equipe técnica capacitada exigida (operadores de áudio/vídeo, técnicos eletricitas e monitores dos brinquedos infláveis); e

7.5.3. O **índice de desempenho apurado por meio do IMR**, cujos registros de falhas, atrasos, ausência de profissionais, falta de limpeza após a desmontagem ou inexecução parcial fundamentarão o redimensionamento dos valores (aplicação de glosas) a serem descontados do pagamento da respectiva fatura.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período o final de cada período de faturamento o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se

for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/03/2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **25 % (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a participação na licitação para os GRUPOS III, IV, V e VI será de participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tendo em vista que os valores estimados para estes lotes são inferiores ao teto legal e não se aplicam as exceções do art. 49 da referida lei. A participação nos GRUPOS I e II permanecerá de ampla concorrência.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.4. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.30. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de até 5% (cinco por cento)** do valor total estimado do respectivo Grupo.

9.30.1. Em estrito cumprimento ao art. 3º do Decreto nº 8.538/2015, bem como em observância ao princípio da proporcionalidade e do fomento à competitividade, fica dispensada a exigência de apresentação de Balanço Patrimonial e da comprovação de índices contábeis para os licitantes que disputarem exclusivamente os GRUPOS III, IV, V e VI (destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
9.30.2. Para a qualificação econômico-financeira nos referidos Grupos (III, IV, V e VI), será exigida apenas a apresentação da Certidão Negativa de Falência (ou insolvência civil), expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.31. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.32. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.35.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.39.1. Para o Grupo I (Infraestrutura de Eventos) e Grupo II (Tecnologia, Audiovisual e Geradores): É obrigatória a apresentação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Essa exigência decorre da obrigatoriedade legal de emissão de ART/RRT para a montagem de estruturas metálicas de grande porte (arquibancadas, tendas, palanques e torres de box truss) e para o dimensionamento elétrico e operação de geradores de energia.

9.39.2. Para os demais Grupos (Conectividade, Serviços Gráficos, Placas e Brinquedos Infláveis): Não será exigido registro em conselho de classe específico para fins de habilitação, bastando a comprovação de aptidão operacional da empresa.

Qualificação Técnico-Operacional

9.40. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.40.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.40.1.1. O Licitante deverá comprovar ter executado, a contento, serviço compatível com o(s) Grupo(s) em que se sagrar vencedor, em quantitativo equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado para as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo;

9.40.1.1.1. Consideram-se parcelas de maior relevância e valor significativo para fins de comprovação:

- Grupo I: Infraestrutura de Eventos;
- Grupo II: Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia;
- Grupo III: Serviços Editoriais;
- Grupo IV: Comunicação Visual;
- Grupo V: Confecção de Placas;
- Grupo VI: Locação e operação de brinquedos infláveis.

9.40.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.40.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.40.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.40.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.41. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.42. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.43. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.43.1. Para o Grupo I (Infraestrutura de eventos): Apresentação de profissional(is) devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), responsável(is) técnico(s) pela montagem e segurança de estruturas temporárias (arquibancadas, tendas, palanques) e profissional técnico habilitado para operação e instalação de geradores de energia elétrica.

9.43.2. Para o Grupo II (Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia): Apresentação de profissional(is) devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, responsável(is) técnico(s) pela montagem e segurança das estruturas modulares de sustentação (torres de box truss e suporte para painéis de LED).

9.43.3. Para os Grupos III, IV, V, VI (Brinquedos Infláveis para Eventos): Não será exigida a comprovação de qualificação técnico-profissional com registro em conselho de classe na fase de habilitação, bastando a comprovação de aptidão técnico-operacional da empresa, sem prejuízo da exigência de monitores e técnicos capacitados durante a execução contratual.

9.44. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.45. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.46. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.47. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.48. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.49. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.50. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.51. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.52. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.52.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.52.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.52.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.52.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.52.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.52.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.52.6.1. ata de fundação;

9.52.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.52.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.52.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.52.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.52.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.52.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.318.567,69** (um milhão, trezentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho constante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

4.2. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.3. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.4. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.5. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.6. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.9. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.10. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.11. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.12. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.13. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº..... /20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. ANEXO III

ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. OBJETIVO

Este Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por objetivo definir os indicadores de qualidade, as metas de desempenho e os respectivos redimensionamentos de pagamento (glosas) aplicáveis em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência 70/2025, para a locação de infraestrutura, tecnologia e apoio logístico para os eventos do Colégio Militar de Brasília (CMB).

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1. A aplicação da glosa (desconto no pagamento) tem natureza de adequação da contraprestação ao serviço efetivamente prestado, não possuindo caráter punitivo. Sua aplicação não impede a incidência simultânea das sanções administrativas (multas, advertências, etc.) previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

2.2. A fiscalização do contrato registrará as ocorrências no Termo de Recebimento Provisório, notificando a CONTRATADA para, querendo, apresentar justificativa no prazo de 3 (três) dias úteis antes da efetivação do desconto na nota fiscal.

3. TABELA DE INDICADORES, METAS E GLOSAS

INDICADOR	META EXIGIDA	MÉTRICA/FORMA DE AFERIÇÃO	FATOR DE GLOSA
I. Pontualidade na montagem e entrega (estruturas, tendas, palanques, painéis de LED, som e brinquedos infláveis)	100% de pontualidade. Os equipamentos devem estar montados, testados e liberados, conforme os prazos estipulados na Ordem de Serviço e no TR.	Inspeção visual e registro de horário pelo Fiscal Técnico antes do início do evento.	5% de desconto sobre o valor total do item específico em atraso, por hora ou fração de atraso.

			Se o atraso inviabilizar o uso do equipamento no evento: Glosa de 100% (não pagamento do item) + abertura de processo sancionatório.
II. Qualidade e Funcionamento dos Equipamentos (geradores, som, painéis, internet, drones, brinquedos)	Zero falhas que paralise o evento. O equipamento deve funcionar de forma ininterrupta e com a qualidade contratada (sem ruídos no som, painéis sem “dead pixels” gerador sem oscilação)	Acompanhamento in loco pelo Fiscal Técnico durante todo o evento.	10% de desconto sobre o valor diário do item para cada falha técnica superior a 15 minutos que não for solucionada pela equipe técnica. Se a falha técnica inviabilizar a atração/evento: Glosa de 100% do valor da diária do equipamento afetado.
III. Disponibilidade de Equipe Técnica obrigatória (técnicos de som/luz, eletricitas, monitores dos brinquedos infláveis)	100% de presença. Os profissionais exigidos devem estar no local do evento, devidamente identificados, durante todo o período previsto.	Verificação nominal e visual pelo Fiscal Técnico durante o evento.	20% de desconto sobre o valor total da diária do equipamento /serviço associado por cada profissional/monitor ausente ou substituído por pessoa não capacitada.
IV. Segurança, limpeza e padrão visual (estruturas, banners, placas, colchões dos brinquedos)	Atendimento integral às normas de segurança (ABNT, ancoragem de infláveis, cabos protegidos) e materiais de primeiro uso/limpos (tecidos, lonas). Arte gráfica 100% fiel a aprovada.	Inspeção visual do Fiscal Técnico na entrega e durante o evento.	10% de desconto sobre o valor total do item/equipamento irregular, caso haja fiação exposta, falta de aterramento ou risco de segurança (podendo a fiscalização embargar a montagem, contando-se o tempo de embargo como atraso) Para materiais sujos, rasgados ou com erro gráfico (placas /banners); Recusa total (Glosa de 100%) obrigando a substituição imediata.
V. Desmontagem e limpeza pós-evento	Remoção de 100% das estruturas e recolhimento de resíduos/embalagens gerados pela montagem nos prazos definidos.	Inspeção visual da área pelo Fiscal Técnico após o prazo de desmontagem.	5% de desconto sobre o valor total dos itens não desmontados ou do serviço de estrutura correspondente, por dia de atraso, caso a contratada deixe o local sujo ou abandone estruturas fora do prazo acordado.

16. ANEXO IV

16.1. Foto Ilustrativa da Placa de Formandos (item 15).

17. ANEXO V

17.1. Anexo V: Imagem ilustrativa do Telão de LED (item 6).

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO FLAVIO
SARTORI
AGUIAR:05220948725

Assinado de forma digital por
MARCELO FLAVIO SARTORI
AGUIAR:05220948725
Dados: 2026.05.14 16:31:47 -03'00'

MARCELO FLAVIO SARTORI AGUIAR

Autoridade competente

PAULO JUAN
QUEIROS DE LIMA
VELLOSO:7915975
3234

Assinado de forma digital
por PAULO JUAN QUEIROS
DE LIMA
VELLOSO:79159753234
Dados: 2026.05.14 09:31:29
-03'00'

PAULO JUAN QUEIROS DE LIMA VELLOSO

Chefe da Fiscalização Administrativa

gov.br

Documento assinado digitalmente
UADAS CONCEICAO DA CRUZ
Data: 13/05/2026 14:51:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

UADAS CONCEICAO DA CRUZ

Membro da Equipe de Planejamento



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**

Processo Administrativo nº 64250.012268/2025-91

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O Colégio Militar de Brasília, com sede a quadra SGAN 902, s/n, Asa Norte, 70.790-020, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 09.604.923/0001-27, neste ato representado pelo Sr. Cel Marcelo Flávio Sartori Aguiar, nomeado pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 64250.012268/2025-91, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB), especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
Item	Especificação	Un	Qnt	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
...					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Colégio Militar de Brasília.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**

(Processo Administrativo nº 64250.012268/2025-91)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio do Colégio Militar de Brasília, com sede a quadra SGAN 902, s/n, Asa Norte, Brasília-DF, 70.790-020, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado pelo Sr. Cel MARCELO FLÁVIO SARTORI AGUIAR, nomeado pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64250.012268/2025-91 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90068/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços para eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2026
Processo Administrativo nº 64250.012722/2025-12**

Declaramos para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 90064/2026 do Colégio Militar de Brasília que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada em _____, optou por não vistoriar o local de execução dos serviços objeto do referido Pregão, estando ciente das especificações técnicas, peculiaridades e todas as demais exigências para a realização dos serviços licitados, não podendo alegar desconhecimento das condições de operação e realização dos mesmos, bem como dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Assinatura do Representante da Empresa

Nome:

Categoria profissional/ Função:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2026
Processo Administrativo nº 64250.012722/2025-12**

Declaramos para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 90064/2026 do Colégio Militar de Brasília que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada em _____, vistoriou as áreas onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações, bem como das especificidades técnicas, peculiaridades e todas as demais exigências e dificuldades que os serviços possam apresentar.

Assinatura do Representante do CMB

Posto ou Graduação/ Nome:

Função:

Assinatura do Representante da Empresa

Nome:

Categoria profissional/ Função:

COLEGIO MILITAR DE BRASILIA/MEX/DF

Estudo Técnico Preliminar 90/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64250.012722/2025-12

2. Descrição da necessidade

2.1. O objeto da presente contratação é Registro de Preços para a eventual contratação de serviços e locação de itens de infraestrutura e apoio logístico, destinados a atender às demandas dos eventos previstos no calendário acadêmico de 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB). O Colégio realizará eventos de grande porte, com destaque para o **Desafio Global do Conhecimento (DGC)**, que receberá delegações dos 14 Colégios Militares do Brasil e instituições parceiras (aprox. 700 participantes), além de formaturas (3º Ano, Aniversário do Colégio), feiras de ciências e atividades pedagógicas. A necessidade decorre da insuficiência de meios próprios (pessoal, equipamentos e insumos) para suportar a magnitude desses eventos, exigindo a complementação via mercado para serviços de **sonorização, estruturas de palco/tendas, e insumos tecnológicos**.

2.2. A presente contratação enquadra-se orçamentariamente como **atividade de custeio** (Despesa Corrente). Contudo, ressalta-se que o objeto não se restringe ao mero custeio administrativo de rotina, possuindo natureza de custeio finalístico e pedagógico. A locação da infraestrutura para o Desafio Global do Conhecimento (DGC) e para as formaturas militares é condição material indispensável para o cumprimento da missão institucional e do calendário acadêmico do Colégio Militar de Brasília. Tais eventos tangibilizam a atividade-fim de ensino da Instituição, de modo que a ausência desta infraestrutura inviabilizaria a entrega do resultado pedagógico e educacional previsto para o ano letivo de 2026

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Corpo de Alunos	JOSE LUIZ ANDRADE JUNIOR - Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos de Infraestrutura, Acomodação e Montagens

- **Segurança Estrutural (ART/RRT):** Para toda estrutura temporária (palanques, arquibancadas e estandes), a Contratada deve apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de montagem.
- **Sustentabilidade (Madeira e Mobiliário):** Conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, toda madeira utilizada (em estandes, pisos de palanque ou mobiliário) deve possuir comprovante de origem legal (DOF - Documento de Origem Florestal) ou certificação de cadeia de custódia (ex: FSC ou Cerflor).

4.2. Requisitos de Tecnologia e Conectividade

- **Conectividade (Internet):** O serviço de internet deve garantir estabilidade e redundância (link dedicado temporário). A Contratada deve fornecer infraestrutura de distribuição (Roteadores/Access Points) capaz de suportar a densidade de conexões simultâneas prevista para o evento, com gerenciamento de tráfego para evitar saturação.
- **Qualidade Audiovisual:** Equipamentos de sonorização devem cobrir todo o espectro de frequências sem distorção. Painéis de LED e projetores devem possuir luminosidade (nits/lúmens) adequada para o ambiente (indoor ou outdoor), garantindo visibilidade mesmo sob luz solar direta, se for o caso.
- **Eficiência Energética:** Os equipamentos eletroeletrônicos fornecidos devem possuir, preferencialmente, etiqueta de eficiência energética (Selo Procel ou Energy Star), visando o menor consumo de energia durante os eventos.

4.3. Requisitos de Serviços Editoriais e Gráficos

- **Serviços Gráficos (Revistas):**
 - **Qualidade de Impressão:** A impressão deve garantir fidelidade de cores (padrão CMYK) e nitidez de imagens. É obrigatória a apresentação de prova física ("boneco") para aprovação do CMB antes da tiragem final.
 - **Critério Sustentável (Papel):** O papel utilizado deve ser isento de cloro elementar (ECF) ou totalmente livre de cloro (TCF) e possuir certificação (ex: FSC), conforme diretrizes de compras públicas sustentáveis.
- **Placas Comemorativas:** Devem ser confeccionadas em material de alta durabilidade (bronze, aço escovado ou acrílico nobre, conforme especificação), com gravação em baixo ou alto relevo de precisão. O material metálico deve ter tratamento antioxidante.

4.4. Requisitos de Registro e Filmagem

- **Captação e Edição:** A captação deve ser realizada em alta resolução (mínimo 4K ou Full HD), com estabilização de imagem e captação de áudio direto da mesa de som (para evitar ruído ambiente nos discursos).
- **Direito de Uso e LGPD:** A Contratada deve ceder integralmente os direitos patrimoniais das imagens ao CMB. Deve-se observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no tratamento e armazenamento das imagens capturadas até a entrega final.

4.5. Gestão de Resíduos e Logística Reversa (Sustentabilidade Transversal)

Para atender integralmente aos critérios de sustentabilidade, a Contratada obriga-se a:

- **Resíduos Sólidos:** Realizar a coleta seletiva e a destinação correta de todos os resíduos gerados na montagem/desmontagem (restos de carpete, fitas adesivas, madeira) de todas as estruturas eventualmente montadas/fornecidas.
- **Logística Reversa:** Responsabilizar-se pelo recolhimento de baterias, pilhas e lâmpadas utilizadas nos equipamentos de sonorização e filmagem ao final de sua vida útil ou após o uso no evento, garantindo que não sejam descartados no lixo comum do CMB.

4.6. A qualificação econômico-financeira exigirá a apresentação de Balanço Patrimonial com índices contábeis (LG, SG, LC) superiores a 1, admitindo-se patrimônio líquido mínimo de 5% sobre o valor estimado do respectivo Grupo em disputa caso o licitante não atinja o índice. Tal exigência se justifica pelo porte das estruturas envolvidas (arquibancadas, geradores, painéis de LED), cujo risco de inexecução durante a realização de um evento solene traria graves prejuízos institucionais.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando o levantamento de mercado realizado e a análise das alternativas possíveis, a solução escolhida consiste na **contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de estruturas e equipamentos, bem como para a confecção de materiais gráficos e comemorativos**, sob demanda, visando atender aos eventos internos do Colégio Militar de Brasília (CMB).

1. Alternativa 1

Execução Direta: O CMB adquiriria todos os equipamentos e utilizaria mão de obra própria.

Análise: Inviável. A Administração não possui expertise, pessoal ou espaço físico para armazenar estruturas de grandes eventos nem maquinário e pessoal qualificado para montagem e operação.

2. Alternativa 2

Contratação de Empresas Especializadas (Solução Escolhida).

Análise: O mercado dispõe de ampla concorrência para fornecimento de estruturas de eventos. Esta opção transfere os custos de manutenção e obsolescência dos equipamentos para o contratado e garante profissionalismo na execução.

5.2. Em estrito atendimento ao disposto no caput e parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 11.462/2023, a Equipe de Planejamento deliberou pela inconveniência técnica e administrativa de participação em Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento gerenciadas por outros órgãos, optando-se pela condução de certame próprio (Pregão Eletrônico) pelo Colégio Militar de Brasília (CMB). A decisão de não buscar nem integrar processos externos para este objeto fundamenta-se nas seguintes razões fáticas e logísticas:

5.2.1. Alta Especificidade e Customização: A demanda envolve a locação de infraestrutura, montagem e fornecimento de materiais gráficos (como a Revista Institucional, banners e placas de homenagem) estritamente vinculados à identidade visual, às tradições militares e ao espaço físico do CMB. IRPs de outros órgãos possuem, via de regra, padronizações genéricas que não atenderiam aos requisitos exclusivos de formaturas e eventos como o Desafio Global do Conhecimento (DGC).

5.2.2. Rigidez do Calendário Acadêmico (Risco Temporal): Os eventos do Colégio possuem datas inadiáveis no calendário de 2026. Subordinar essa contratação ao cronograma de licitação de um órgão gerenciador externo (que pode atrasar, suspender ou revogar o certame) representaria um risco inaceitável de desabastecimento logístico nos dias das cerimônias.

5.2.3. Autonomia de Gestão e Fiscalização: A execução dos serviços exige resposta imediata do fornecedor (SLA rigoroso) e aplicação direta do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) formulado para a realidade do CMB. Ao conduzir o próprio certame e atuar como Órgão Gerenciador, a Administração resguarda sua autonomia para emitir Ordens de Serviço, exigir garantias e aplicar penalidades sem depender da intermediação de terceiros.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Dada a diversidade técnica dos itens , a solução prevê o parcelamento em itens independentes, agrupados de forma temática em Grupos, conforme a natureza do objeto, para garantir a ampla competitividade e a especialização técnica, em consonância com a Súmula 247 do TCU. A solução vislumbra a seguinte organização macro:

- **Infraestrutura de Eventos:** Locação e montagem de arquibancadas, palanques, gradis, tendas.
- **Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia:** Locação de sonorização, painéis de imagem, iluminação, serviço de filmagem e locação de gerador de energia.
- **Serviços editoriais:** serviços gráficos editoriais (revistas institucionais).
- **Comunicação visual:** confecção de Banner.

- **Confecção de Placas:** Placa comemorativa de Formandos.
- **Locação de Brinquedos Infláveis:** Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis.

6.2. Portanto, a solução de mercado identificada como a mais vantajosa para a Administração é a realização de **Licitação (Pregão Eletrônico)**, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

6.2.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) no presente certame encontra pleno amparo legal no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo art. 3º, incisos I, II e IV, do Decreto nº 11.462/2023, justificando-se pelas seguintes razões fáticas e operacionais:

A) Necessidade de contratações frequentes e entregas parceladas (Incisos I e II): As demandas logísticas e de infraestrutura do Colégio Militar de Brasília (CMB) não se esgotam em um único momento. Elas ocorrem de forma pulverizada e fracionada ao longo de todo o calendário acadêmico de 2026, englobando múltiplos eventos em datas distintas (tais como o Desafio Global do Conhecimento, feiras de ciências e solenidades de formatura). O SRP é o único mecanismo que permite o acionamento do fornecedor sob demanda, respeitando a cronologia de cada evento.

B) Impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato por demanda (Inciso IV): Embora o Estudo Técnico Preliminar traga uma estimativa global do teto da contratação, a natureza dinâmica dos eventos escolares e as variações climáticas tornam impossível prever, no momento da licitação, a quantidade exata de itens (ex: número exato de tendas extras em caso de chuva, ou metragem exata de painéis) que será efetivamente consumida em cada cerimônia isolada.

C) Eficiência e Racionalização de Espaço: A modelagem sob demanda (SRP) afasta a necessidade de aquisição, estocagem e manutenção de maquinário pesado e perecível nas dependências do CMB, evitando a imobilização desnecessária de capital público e garantindo que o pagamento ocorra estritamente pelo serviço efetivamente prestado e atestado a cada evento.

6.3. O planejamento desta contratação prevê a possibilidade de prorrogação da vigência da futura Ata de Registro de Preços por igual período (limitada ao máximo de 2 anos, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021).

6.3.1. Tal medida justifica-se fática e economicamente pela natureza cíclica das atividades do Colégio Militar de Brasília (CMB). Os quantitativos dimensionados no presente Estudo Técnico Preliminar foram calculados para suprir as demandas logísticas de 01 (um) ano letivo (englobando o Desafio Global do Conhecimento, feiras de ciências e formaturas). Como o calendário acadêmico e militar repete-se anualmente, o CMB possuirá a exata mesma demanda quantitativa no ano subsequente. A renovação dos quantitativos associada à prorrogação da Ata garante a continuidade do suporte logístico aos eventos institucionais, materializando o princípio da eficiência ao evitar o custo administrativo e o tempo despendido na deflagração de um novo processo licitatório idêntico para o ano seguinte.

6.4. A opção pela não abertura do certame a outros órgãos e entidades da Administração Pública justifica-se pelas seguintes razões técnicas:

A) Alta Especificidade da Demanda: O objeto desta contratação — locação de infraestrutura e apoio logístico para eventos — foi planejado e dimensionado com base nas necessidades exclusivas do calendário acadêmico e das solenidades militares do CMB, com destaque para o Desafio Global do Conhecimento (DGC) e as formaturas institucionais.

B) Customização Técnica e Padronização: As especificações técnicas dos itens, especialmente no que tange à sonorização, comunicação visual (banners e revistas) e homenagens (placas), estão estritamente vinculadas à identidade visual e ao espaço físico desta Unidade de Ensino. A inclusão de demandas de terceiros poderia descaracterizar a precisão dos requisitos técnicos necessários para a excelência dos ritos militares e pedagógicos pretendidos.

C) Celeridade e Eficiência Processual: Considerando a rigidez do calendário escolar e a urgência no atendimento de eventos com datas inadiáveis, a gestão exclusiva da ata pelo CMB garante maior agilidade no gerenciamento dos quantitativos e na fiscalização direta dos serviços prestados, mitigando riscos de desabastecimento logístico.


6.4.1. Portanto, restando demonstrado que o CMB será o único usuário da solução, a dispensa da IRP encontra-se plenamente alinhada ao princípio da eficiência e ao comando legal supracitado.

6.5. Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, a Equipe de Planejamento realizou consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras

do Governo Federal, não foi identificado item padronizado que contemplasse as especificidades do objeto desta contratação. O objeto dessa contratação trata-se de serviço comum, pois as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho podem ser facilmente definidos no mercado, permitindo a seleção pelo critério de menor preço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO I - Infraestrutura de Eventos (itens de 1 a 5)						
1	<p>Locação com Instalação e montagem de arquibancada para eventos dentro do CMB -</p> <p>Locação, Transporte, montagem e desmontagem de arquibancadas por metro linear/dia - conforme a seguinte especificação: cobertas, com 6 degraus, tendo escadas de acesso nas laterais e saída em todo o perímetro em compensado de 10 milímetros, seguindo as normas de segurança vigente.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.</p>	24376	Metro Linear	1.540	R\$ 543,43	R\$ 836.882,20
2	<p>Locação de Gradil</p> <p>Locação com transporte, manutenção, montagem e desmontagem de grades para isolamento de área e contenção de público, em modelo intertraváveis em estrutura de aço carbono SAE 1010 galvanizado a fogo, nas dimensões de 2,00m x 1,20m (largura x altura) com uma variação de até 10 cm para mais ou para menos, com reforço nos pés de sustentação.</p> <p>Imagem ilustrativa:</p> 	22888	Metro Linear	500	R\$ 45,00	R\$ 22.500,00
3	<p>Locação de Tenda 6x6 metros</p> <p>Locação com transporte, montagem, manutenção e desmontagem de tenda aberta, com calhas e possibilidade de fechamento das laterais com material similar ao da cobertura, com dimensões de 06x06m, pé direito variável de 2,5 a 4 metros de altura em seus pés de sustentação. Cobertura tipo piramidal, em lona branca com blackout, antichamas, estrutura em tubo galvanizado (aço tubular) de alta resistência, com encaixes reforçados. Possibilidade de</p>	21164	Diária	4	R\$ 1.090,00	R\$ 4.360,00

	<p>junção de 2 ou mais tendas. Estacas e acessórios para fixação no solo com aterramento.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização.</p>					
4	<p>Locação de Tenda 4x4 metros</p> <p>Locação com transporte, montagem, manutenção e desmontagem de tenda aberta, com calhas e possibilidade de fechamento das laterais com material similar ao da cobertura, com dimensões de 04x04m, pé direito variável de 2,5 a 4 metros de altura em seus pés de sustentação. Cobertura tipo piramidal, em lona branca com blackout, antichamas, estrutura em tubo galvanizado (aço tubular) de alta resistência, com encaixes reforçados. Possibilidade de junção de 2 ou mais tendas. Estacas e acessórios para fixação no solo com aterramento.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização.</p>	21164	Diária	1	R\$ 449,00	R\$ 449,00
5	<p>Locação de Palanque com cobertura 4 x 3 m</p> <p>Locação, montagem e desmontagem de estrutura de palanque modular de 4,00m x 3,00m (12m²), altura regulável, piso em compensado naval 18mm com acabamento antiderrapante preto. Estrutura em alumínio, com travas de segurança interligando os módulos. Inclui escada de acesso e saída de fechamento. Capacidade de carga mínima de 750 kg/m². Necessário envio de ART de montagem.</p> <p>Observação: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.</p>	24376	Diária	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
TOTAL GRUPO I						R\$ 866.191,20
GRUPO II - Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia (itens 6 a 10)						
6	<p>Telão de LED com serviço de transmissão ao vivo (Formatura).</p> <p>Locação de Painéis de Led - M²/Diária - de alta definição, modelo SMD, do tipo eletrônico, modular, com capacidade para processamento de imagens digitais estáticas e dinâmicas, P6MM, indoor e/ou outdoor (conforme definição do contratante), com alto-brilho para projeções durante o dia; 02 (dois) processadores de sinal com redundância e entradas SDI, HDMI, DVI; computador para processamento de imagens e sinal; 02 (duas) placas fantasma, para à distância de 150 metros entre o painel de led e o local onde ficará o processador; 02 (dois) cabos de rede cat6, blindados, com 150 (cento e cinquenta) metros de comprimento; rack de AC com cabo trifásico, de 150 metros para conectar o painel de led ao gerador; 04 talhas para sustentação do painel de led, toda a estrutura de sustentação necessária, passa cabos e fornecimento e montagem de torres em estrutura box truss dimensionadas para o peso e dimensões do painel, garantindo total estabilidade e segurança. E profissional devidamente capacitado a operar aparelhos audiovisuais.</p>	12556	M²	160	R\$ 345,00	R\$ 55.200,00

	Imagem ilustrativa do Telão de LED: Anexo V					
7	<p>Serviço de Filmagem em Solo e Transmissão de Imagem</p> <p>- composta por: 01 Switch de vídeo com 8 entradas de vídeo SDI ou HDMI, 03 câmeras full hd com saída de vídeo no formato 1920 x 1080 – SDI ou HDMI. Todas as câmeras deverão possuir tripés hidráulicos, 02 câmeras móveis, sem fio, equipadas com transmissões capazes de enviar sinal de vídeo em tempo real sem perda de sinal, 03 operadores de câmeras para as câmeras fixas, 02 Operadores de câmera para os equipamentos móveis, 01 Diretor de corte de imagens, 01 Note book 17, 01 Monitor de TV de 32 polegadas para gerenciamento das imagens das câmeras, Sistema de intercom para comunicação de toda a equipe de transmissão (cinégrafistas e diretor de corte de imagens), 01 drone com capacidade para transmissão ao vivo, 01 Operador de drone, Aproximadamente 200 metros de cabos HD SDI, para cabeamento das câmeras, Aproximadamente 300 metros de cabos RJ45 para conexão com os painéis de led, Aproximadamente 20 metros de passa cabos E profissional devidamente capacitado a operar aparelhos audiovisuais.</p>	3778	Diária	2	R\$ 5.616,00	R\$ 11.232,00
	<p>Locação de Sistema de Sonorização (Pequeno Porte)</p> <p>Sistema de sonorização, composto por:</p> <p>01 mesa de som Midas M32 (ou similar) P.A</p> <p>08 caixas line array LS210 / STANER LAN800P (ou similar)</p> <p>04 sub graves LS218 (ou similar)</p> <p>01 rack de amplificação machine (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PSL7400 (ou similar) • PSL4400 (ou similar); • PSL1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) <p>DELAY 1</p> <p>02 Caixas L.A 325 (ou similar);</p> <p>02 Subgraves SB850 (ou similar);</p> <p>01 Rack de Amplificação e Processamento (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • MACHINE PSL 7400 (ou similar) • MACHINE PSL 4400 (ou similar) • MACHINE PSL 1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar). <p>DELAY 2</p> <p>08 Caixas LS110 (ou similar)</p> <p>02 sub graves LS218 (ou similar)</p> <p>01 rack de amplificação machine (ou similar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • PSL7400 (ou similar) • PSL4400 (ou similar) • PSL1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) 					

8	6 caixas amplificadas ativas de 1000w EV, QSC K12.(Distribuídas entre as arquibancadas, coletiva de imprensa, Tribuna presidencial e Tribuna dos mestres de cerimônias)					
	02 Tripés para caixa de som					
	01 main power com travo de 5k					
	01 cabo de A.C PP4X10mm X 30mts					
	200 Cabos XLR DE 5mts					
	30 réguas de A.C					
	02 Cabos de sinal multivias de 30mts					
	04 microfones sem fio SHURE QLXD (ou similar)	13757	Diária	28	R\$ 2.800,00	R\$ 78.400,00
	04 microfones sem fio SHURE SM58 (ou similar)					
	08 DIRECT BOX					
	04 Pedestais					
	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO 2 (Banda)					
	Composto por: 01 mesa de som BEHRINGER X32 (ou similar)					
	P.A					
	12 caixas line array LS210 / STANER LAN800P (ou similar)					
	04 sub graves LS218 (ou similar)					
	01 rack de amplificação machine <ul style="list-style-type: none"> • PSL7400 (ou similar) • PSL4400 (ou similar) • PSL1400 (ou similar) • Processador DBX DRIVE RACK 260 (ou similar) 					
	01 main power com travo de 5k					
	01 cabo de A.C PP4X10MM X 30MTS					
	15 microfones condensar SHURE SM81 (ou similar)					
	4 microfones shure sem fio QLXD (ou similar)					
	15 pedestais					
	20 cabos XLR					
	6 reguas de A.C					
	01 Sistema de Alumínio em Q30 formato de pé de galinha, com 5 metros de altura e 2 metros de base.					
	02 talhas de 1 tonelada.					
	02 antenas externa para sistema de microfones					
	01 combiner para antena externa.					
	01 transmissor de sinal de áudio UHF					
	Observação: Profissional devidamente capacitado a operar aparelhos de sonorização. Todo o cabeamento de som (que deve ser blindado para evitar interferência externa), cabos de força, adaptadores, conectores, presilhas, suportes, amarras, pilhas,					

	baterias e outros utensílios necessários ao funcionamento do sistema de sonorização, bem como a operação técnica do sistema, serão de inteira responsabilidade da Contratada, a qual deverá finalizar a montagem dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência ao horário agendado para o evento.					
9	<p>Locação de equipamento de iluminação</p> <p>Serviço completo de locação/instalação/operação composto por:</p> <p>1. Iluminação cênica composto por:</p> <p>08 (oito) Moving Beye 18w RGBWA; 06 (seis) Moving Beam 10R; 08 (oito) Par Led 18W RGBWA; 08 (oito) Refletores COB 300; 02 (dois) Minibrutes de 6 lâmpadas; 01 (uma) Mesa de Iluminação Digital com processamento (padrão MA2, Avolites ou similar); 01 (um) Computador para Processamento; 01 (um) Rack de Dimmer; 01 (um) Rack Pro Power; Estruturado no Box Truss Q30; Todo o cabeamento e acessórios para o funcionamento de todo o sistema.</p> <p>2. Iluminação de Quadra (Pátio), composto por:</p> <p>12 (doze) Torres de Box truss Q30 com altura de 3m cada, com sistema de sustentação "pé de galinha" também em box truss Q30; 02 (dois) Refletores de LED de 400 watts; Todo o cabeamento necessário para o pleno funcionamento.</p> <p>Observação 1: os postes, hastes de fixação, cabeamento, presilhas, aterramento e demais materiais necessários para a instalação do sistema, bem como a equipe técnica para montagem, manutenção, operação e desmontagem deverão ser fornecidos pela contratada.</p> <p>Observação 2: A montagem deverá ser acompanhada por responsável técnico, atender ao previsto nas normas técnicas da ABNT e estar de acordo com as exigências dos Órgãos de fiscalização do Distrito Federal.</p>	13757	Diária	19	R\$ 8.500,00	R\$ 161.500,00
10	<p>Serviço de locação de gerador de energia 200-300 KVA - estabilizado, silencioso (carenado) e trifásico, a ser utilizado como fonte primária de energia. Cabos elétricos, quadros de distribuição e demais acessórios necessários à instalação e ao pleno funcionamento do sistema.</p> <p>Técnico em eletricidade com habilitação para operar o gerador de 200 a 300 KVA; - A habilitação técnica será verificada quando da contratação efetiva do serviço;</p> <p>O profissional deverá permanecer durante todo o tempo da locação no local; e emissão de ART. - As despesas decorrentes (transporte, alimentação, ferramentas, dentre outras) serão de responsabilidade da CONTRATADA.</p>	21679	Diária	15	R\$ 3.850,10	R\$ 57.751,50
TOTAL DO GRUPO II						R\$ 364.083,50
GRUPO III - SERVIÇOS EDITORIAIS (item 12)						
(Exclusivo ME/EPP)						
	Confecção de Revista Institucional do CMB					

11	Confecção da Revista do CMB: digitação, diagramação, criação e impressão; com acompanhamento da edição presente no CMB, com carga horária de 03 horas por agendamento, sendo 05 agendamentos, com aviso prévio 24 horas antes de cada visita, o representante disponibilizará de equipamento próprio para edição de texto, fotos e ilustrações como: Corel Draw; Word; Photoshop; illustrations; contendo 150 páginas, além da capa e contracapa. Medida aberta: 34 x 52cm; Medida fechada: 34 x 26cm. Com tratamento de 400 imagens, sendo escaneamentos e restaurações. Miolo: Papel couche fosco 170gr; 4 x 4 cores (policromia). Capa: Capa papel couche 300gr/m2 com lombada quadrada laminada BOPP fosco com verniz UV, localizado na capa, lombada e contracapa. Impressão 4 x cores. Acabamento: Cola e Grampo.	10049	Unidade	600	R\$ 83,00	R\$ 49.800,00
TOTAL GRUPO III						R\$ 49.800,00
GRUPO IV - COMUNICAÇÃO VISUAL (itens 12,13 e 14) (Exclusivo ME/EPP)						
12	Confecção de BANNERS TAMANHO 1,30m x 0,90m Serviço de confecção e fornecimento de banner em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 380g/m². Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem falhas, manchas ou distorções. Acabamento: Bastão de madeira (roliço) nas extremidades superior e inferior, com ponteiros plásticos de proteção e corda de nylon resistente para fixação e suspensão. A arte gráfica será fornecida pela Administração.	18422	Unidade	15	R\$ 117,93	R\$ 1.768,95
13	Confecção de BANNERS TAMANHO 3,00m x 1,90m Serviço de confecção e fornecimento de banner/painel de grande porte em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 440g/m² (alta resistência a ventos e rasgos). Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem emendas aparentes que prejudiquem a leitura. Acabamento: Bainha reforçada com solda eletrônica em todo o perímetro e aplicação de ilhós metálicos (em alumínio, latão ou material antiferrugem) distribuídos a cada 20 cm para fixação e tensionamento em estruturas. A arte gráfica será fornecida pela Administração.	18422	Unidade	2	R\$ 238,50	R\$ 477,00
14	Confecção de BANNERS - TAMANHO 1,00m x 0,70m Serviço de confecção e fornecimento de banner em lona vinílica (brilho ou fosca), com gramatura mínima de 380g/m². Impressão digital de alta resolução (mínimo de 1440 dpi), 4x0 cores (policromia), sem falhas, manchas ou distorções. Acabamento: Bastão de madeira (roliço) nas extremidades superior e inferior, com ponteiros plásticos de proteção e corda de nylon resistente para fixação e suspensão. A arte gráfica será fornecida pela Administração.	18422	Unidade	16	R\$ 100,44	R\$ 1.607,04
TOTAL GRUPO IV						R\$ 3.852,99
GRUPO V - CONFECÇÃO DE PLACAS (item 15)						

(Exclusivo ME/EPP)						
15	Confecção de Placa Comemorativa Serviço de confecção e instalação de placa tipo, inauguração (Placa de Formandos), metálica de fundo preto com inscrição na cor prata, medindo 181,5 cm de largura, 265 cm de altura e 0,8 mm de espessura, fundida em alumínio, com bordas laterais em alto relevo (cada Placa) quatro furos para fixação das placas centrados nos cantos, com parafusos de cabeça removível, fundida como mesmo metal da placa, fundo pintado com textura acrílica preto fosco. No canto superior esquerdo o símbolo do DECEX, no canto superior direito o símbolo da DEPA e na parte central os nomes dos formandos em alto relevo com logo colorida. Aproximadamente 550 nomes. Conforme Anexo IV ao TR: Foto ilustrativa da Placa de Formandos.	18597	Unidade	1	R\$ 26.100,00	R\$ 26.100,00
TOTAL DO GRUPO V						R\$ 26.100,00
GRUPO VI - LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS (itens 16 a 19)						
(Exclusivo ME/EPP)						
16	Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis: Futebol de sabão -Especificação: brinquedo inflável de futebol de sabão medindo 10x5,0m desenvolvido em lona KP1100, tendo uma barreira para garantir a segurança de todas as crianças. Com motor: Voltagem 220V ou 110v. Dimensões CxLxA: 10x5,0x2,5m. Peso Suportado: 500kg. Peso Produto: 200kg. Idade Recomenda: A partir de 4 anos. Tempo Inflar: 8 min, na cor azul amarelo e vermelho. Incluindo 01 (um) monitor para a operação do brinquedo e segurança das crianças.	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.125,00	R\$ 2.250,00
17	Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis Canhão de Espuma -Especificação: Prestação de serviços de locação de brinquedos infláveis, incluindo o fornecimento de canhão de espuma de alta potência , com infraestrutura completa de montagem, desmontagem e assistência técnica durante todo o período do evento. O serviço deve contemplar o fornecimento de líquido gerador de espuma atóxico, biodegradável e hipoalergênico , garantindo a segurança ocular e dermatológica dos usuários. Estão inclusos todos os equipamentos periféricos necessários, como sopradores (motores) , bombas d'água, mangueiras, cabos elétricos com isolamento adequado e sistema de fixação/ancoragem conforme as normas da ABNT NBR 15859. A contratada deverá disponibilizar monitores capacitados para a operação segura do equipamento e controle de fluxo dos participantes.	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.047,50	R\$ 2.095,00
	Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis Touro Mecânico -Especificação: Prestação de serviços de locação de Touro Mecânico profissional , com estrutura robusta e motor elétrico de alta performance, operado por painel de controle com velocidade e					

18	movimentos variáveis (giro e pinote). O equipamento deve ser circundado por um colchão inflável de proteção (tamanho mínimo sugerido de 4,5m x 4,5m) produzido em lona vinílica de alta resistência (KP1000), garantindo a amortização total de quedas. A contratada deverá disponibilizar monitores capacitados para a operação segura do equipamento e controle de fluxo dos participantes.	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 1.257,50	R\$ 2.515,00
19	Locação, Montagem, Assistência e desmontagem de Brinquedos Infláveis: Guerra de Cotonete - Especificação: brinquedo inflável de guerra de cotonetes inflável, medindo 4,20 x 4,20m desenvolvido em lona KP1100, tendo reforço em tela de poliéster para garantir a segurança de todas as crianças. Com motor: Voltagem 220V ou 110v. Dimensões 5,00 (C) x 5,00 (L) x 0,70 (A). Peso Suportado: 200kg. Peso Produto: 80kg. Idade Recomenda: A partir de 5 anos. Altura da base (colchão): 35 cm. Altura da parede: 70 cm, contendo os seguintes componentes: 1 Colchão inflável, 2 cotonetes (bastões), 1 saco para transporte, 2 bases com velcro e 1 motor soprador (110v ou 220v) Tempo Inflar: 8 min, em cores diversas, incluindo 01 (um) monitor para a operação do brinquedo e segurança das crianças.	18236	Unidade/ Diária	2	R\$ 840,00	R\$ 1.680,00
	TOTAL GRUPO VI					R\$ 8.540,00
	TOTAL GERAL					R\$ 1.318.567,69

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.318.567,69

8.1. O preço total estimado para essa contratação é de **R\$ 1.318.567,69** (um milhão, trezentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme o art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando for técnica e economicamente viável, visando **ampliar a competitividade** e **promover a economia de escala**.

9.2. A solução prevê o parcelamento do objeto em 06 (seis) grupos (lotes). O agrupamento atende à afinidade mercadológica dos fornecedores e visa mitigar riscos de interface operacional.

9.3. A adoção do critério de julgamento por Menor Preço Global por Grupo (Lote) no presente Sistema de Registro de Preços fundamenta-se na inviabilidade técnica e operacional de se promover a adjudicação por item isolado, bem como na evidente vantagem econômica decorrente do agrupamento (Art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4. A adjudicação estritamente item a item multiplicaria o número de empresas atuando simultaneamente no mesmo espaço físico durante a montagem dos eventos do Colégio Militar de Brasília (CMB), gerando grave risco de interface (choque de cronogramas, acidentes e isenção mútua de responsabilidade em caso de falhas). O agrupamento garante a vantagem técnica da gestão centralizada e a vantagem econômica da economia de escala logística (mitigando a duplicidade de custos de frete e mobilização de equipes).

9.5. A composição interna de cada um dos 06 (seis) grupos respeita rigorosamente a interdependência operacional e a cadeia produtiva de mercado, justificando-se da seguinte forma:

- Grupo I (Infraestrutura de Eventos - Itens 1 a 5): Agrupa arquibancadas, gradis, tendas e palanques. A união destes itens justifica-se por se tratarem de estruturas pesadas que compartilham a mesma logística de transporte (carretas), equipes de montagem braçal e exigem integração nos laudos de responsabilidade técnica (ART) para garantir a segurança física unificada do público.
- Grupo II (Tecnologia, Audiovisual e gerador de energia - Itens 6 a 10): Agrupa telão de LED, filmagem, sonorização, iluminação e gerador de energia. A separação destes itens é tecnicamente inviável devido à alta interdependência sistêmica. Os sistemas de áudio, vídeo e luz exigem sincronia impecável de dados e cabeamento. Ademais, atrelar o gerador de energia ao mesmo grupo obriga o fornecedor a dimensionar a carga elétrica corretamente para os seus próprios equipamentos, eliminando o risco de "empurra-empurra" de responsabilidade caso uma oscilação de energia danifique os painéis ou interrompa a transmissão do evento.
- Grupo III (Serviços Editoriais - Item 11): Isola a confecção da Revista Institucional, preservando a competitividade para gráficas com maquinário específico para o mercado editorial (diagramação, impressão de miolo e acabamento em lombada).
- Grupo IV (Comunicação Visual - Itens 12 a 14): Agrupa banners de diferentes tamanhos. O agrupamento garante a padronização e fidelidade da identidade visual do colégio (colorimetria e brasões idênticos em todas as peças) e otimiza o custo de setup de impressão em plotters de lona vinílica.
- Grupo V (Confecção de Placas - Item 15): Item isolado para atender ao mercado de metalurgia, fundição e homenagens.
- Grupo VI (Locação de Brinquedos Infláveis - Itens 16 a 19): Reúne todos os brinquedos infláveis e mecânicos. A locação conjunta otimiza o custo logístico e permite que a empresa utilize uma equipe única de monitores para o controle de fluxo das crianças de forma integrada, garantindo maior segurança.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação não depende da celebração prévia de novos ajustes para sua execução, contudo, possui estreita interdependência operacional com os contratos de serviços continuados já vigentes no Colégio Militar de Brasília (CMB). Essa correlação exige o alinhamento logístico entre as respectivas fiscalizações para assegurar, simultaneamente, o suporte energético adequado aos equipamentos, a integridade patrimonial dos bens locados durante os eventos e a pronta higienização dos espaços utilizados após a desmontagem, garantindo a eficiência das solenidades sem prejuízo às rotinas administrativas ou à infraestrutura da Unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da licitação encontra-se alinhada ao Plano Anual de contratações 2026 do Colégio Militar de Brasília (CMB).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação pretendida trará benefícios diretos e indiretos para a comunidade escolar e para a Administração do Colégio Militar de Brasília (CMB), destacando-se:

a) Garantia da Solenidade e do "Brilho" dos Eventos: Assegurar que as formaturas, competições e cerimônias militares ocorram com a infraestrutura adequada (sonorização inteligível, palanques seguros e recursos visuais de alta qualidade), preservando a imagem institucional e o decoro exigido pelos ritos castrenses.

b) Segurança e Conforto dos Usuários: Proporcionar condições seguras de acomodação para o público externo (familiares e autoridades) e interno, por meio de estruturas certificadas (arquibancadas e gradis) e mobiliário ergonômico (beliches e colchões), mitigando riscos de acidentes e garantindo o bem-estar dos alunos e convidados durante os eventos.

c) Preservação da Memória Institucional: Através da confecção de placas comemorativas, revistas institucionais e registros audiovisuais (filmagem), a contratação permite a documentação histórica das atividades do CMB, valorizando o corpo discente e reforçando o sentimento de pertencimento à instituição.

12.2. Eficiência Administrativa e Economicidade: A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) e a contratação sob demanda evitam o dispêndio imediato de recursos e eliminam custos logísticos de armazenamento e manutenção que ocorreriam caso o CMB optasse pela aquisição definitiva de estruturas de grande porte (como palcos e tendas), otimizando o emprego do orçamento público.

12.3. Conectividade e Suporte Tecnológico: A disponibilização de internet dedicada e estruturas de TI garante a operacionalidade dos setores de comunicação social e a transmissão de dados em tempo real durante os grandes eventos, modernizando a infraestrutura de apoio.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequada tramitação do processo licitatório e futura execução contratual, devem ser adotadas as seguintes providências prévias e concomitantes pela Administração:

a) Elaboração dos Documentos Complementares: Confecção do **Mapa de Gerenciamento de Riscos** e, subsequentemente, do **Termo de Referência (TR)**, consolidando as especificações técnicas e as regras contratuais.

b) Designação da Equipe de Fiscalização: Providenciar a nomeação formal dos servidores que atuarão como Gestor e Fiscais (Técnico e Administrativo) do contrato, preferencialmente servidores com conhecimento nas áreas de infraestrutura, comunicação social e tecnologia, dada a diversidade dos itens

c) Segurança e Acesso: Definir os protocolos de acesso para os caminhões e funcionários das empresas contratadas, considerando horários de montagem/desmontagem que não conflitem com as atividades escolares.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução do objeto desta contratação gera impactos ambientais classificados como de baixo a médio potencial ofensivo, concentrados principalmente nas fases de logística, operação e desmobilização. Para mitigar tais efeitos e garantir o alinhamento com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, foram identificados os seguintes impactos e suas respectivas medidas de controle:

a) Geração de Resíduos Sólidos: A montagem e desmontagem de estruturas (palcos, estandes e gradis) geram resíduos como fitas adesivas, abraçadeiras plásticas (*enforca-gato*), restos de carpete/forração e embalagens. A Contratada será responsável pelo Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do evento, devendo realizar a coleta seletiva e a destinação final ambientalmente adequada de todo o material descartado durante e após a desmontagem, vedado o descarte nas lixeiras comuns do CMB.

b) Consumo de Energia e Eficiência Energética: O uso intensivo de sistemas de sonorização, iluminação cênica e painéis de LED demanda alto consumo de energia elétrica. Exigir da Contratada a utilização prioritária de equipamentos com tecnologias de baixo consumo (iluminação em LED) e, quando aplicável, equipamentos com Selo Procel de eficiência energética (A ou B).

c) Consumo de Recursos Naturais (Papel e Madeira): A confecção das revistas institucionais e o uso de madeiras em pisos, impactam recursos florestais. Exigir da Contratada que a madeira utilizada possua certificação de origem legal (DOF/FSC) e que o papel para impressão das revistas seja, preferencialmente, reciclado ou possua certificação de manejo sustentável (ex: FSC ou Cerflor), além do uso de tintas atóxicas à base de água ou vegetais.

d) Poluição Sonora: A operação de sistemas de som de grande potência pode gerar incômodo à comunidade escolar e vizinhança. A Contratada deverá respeitar os limites de decibéis estabelecidos pela Legislação Distrital (Lei do Silêncio) e orientar a montagem das caixas de som de forma a direcionar o áudio para o público alvo, evitando a dispersão desnecessária para áreas residenciais adjacentes ou salas de aula.

e) Logística Reversa (Eletrônicos): O uso de equipamentos eletrônicos (microfones sem fio, rádios) envolve o uso de pilhas e baterias. A Contratada obriga-se a realizar a logística reversa de todas as pilhas, baterias e lâmpadas queimadas utilizadas na prestação do serviço, garantindo que não sejam deixadas nas dependências do CMB.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando a análise detalhada apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é **VIÁVEL** sob os aspectos técnico, econômico e operacional, conforme os fundamentos abaixo:

- **Viabilidade Técnica:** O mercado fornecedor para os itens licitados (estruturas de eventos, tecnologia audiovisual, serviços gráficos e mobiliário) é amplo e maduro, garantindo a competitividade do certame. A solução de parcelamento em lotes, aliada a requisitos técnicos claros baseados em normas (ABNT/NRs), assegura que o CMB receberá serviços especializados e equipamentos seguros.
- **Viabilidade Econômica:** A modelagem baseada no **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e na **Locação de Bens** (em detrimento da aquisição de estruturas pesadas) demonstra-se a mais vantajosa para a Administração. Ela elimina custos ocultos de armazenamento, manutenção e depreciação de patrimônio, permitindo que o dispêndio de recursos públicos ocorra estritamente sob demanda, alinhado ao calendário oficial de eventos.
- **Alinhamento ao Interesse Público:** A contratação é imprescindível para garantir a continuidade das atividades institucionais, pedagógicas e solenes do Colégio Militar de Brasília. A infraestrutura adequada mitiga riscos à integridade física da comunidade escolar e preserva a imagem institucional através da excelência nos serviços gráficos e audiovisuais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO FLAVIO
SARTORI
AGUIAR:0522094872
5

Assinado de forma digital por
MARCELO FLAVIO SARTORI
AGUIAR:05220948725
Dados: 2026.04.28 17:40:34
-03'00'

MARCELO FLAVIO SARTORI AGUIAR

Autoridade competente

PAULO JUAN
QUEIROS DE LIMA
VELLOSO:791597
53234

Assinado de forma digital
por PAULO JUAN
QUEIROS DE LIMA
VELLOSO:79159753234
Dados: 2026.04.28
16:55:25 -03'00'

PAULO JUAN QUEIROS DE LIMA VELLOSO

Chefe da Fiscalização Administrativa

UADAS CONCEICAO DA CRUZ

Membro da Equipe de Planejamento